

Medida Provisória nº 1965-22, de 2000

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.

Assunto: Jurídico - Defesa do consumidor

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 15/03/2001 - Subsecretaria de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 23/01/2001 - REVOGADA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1820 de 1999

Medida Provisória nº 1820/1 de 1999

Medida Provisória nº 1820/2 de 1999

Medida Provisória nº 1914/4 de 1999

Medida Provisória nº 1914/5 de 1999

Medida Provisória nº 1914/6 de 1999

Medida Provisória nº 1914/7 de 1999

Medida Provisória nº 1914/8 de 1999

Medida Provisória nº 1965/11 de 2000

Medida Provisória nº 1965/12 de 2000

Medida Provisória nº 1965/13 de 2000

Medida Provisória nº 1965/14 de 2000

Medida Provisória nº 1965/15 de 2000

Medida Provisória nº 1965/16 de 2000

Medida Provisória nº 1965/17 de 2000

Medida Provisória nº 1965/18 de 2000

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1965/19 de 2000

Medida Provisória nº 1965/20 de 2000

Medida Provisória nº 1965/21 de 2000

Medida Provisória nº 2089/23 de 2000

Medida Provisória nº 2089/25 de 2001

Medida Provisória nº 2089/26 de 2001

Medida Provisória nº 2089/27 de 2001

Medida Provisória nº 2089/28 de 2001

Medida Provisória nº 2089/29 de 2001

Medida Provisória nº 2172/30 de 2001

Medida Provisória nº 2172/31 de 2001

Medida Provisória nº 2172/32 de 2001

TRAMITAÇÃO**15/03/2001** SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo**Ação:** Processo Arquivado.
Obs: Em anexo MPV 1965-9 a 22.**30/01/2001** CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO**Ação:** Encaminhado ao Arquivo.**23/01/2001** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO**Situação:** REVOGADA**Ação:** Ao Arquivo via Protocolo Legislativo.**23/01/2001** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO**Situação:** REVOGADA**Ação:** A presente Medida Provisória foi revogada pela de nº 2.089-23, de 27.12.2000, publicada no DOU de 28.12.2000 (Seção I), sem alterações, conforme folhas nºs 140, anexada ao processo.**23/01/2001** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO**Situação:** REVOGADA**Ação:** Anexadas fls. nºs 133 a 139, referentes à Mensagem nº 1.214/2000-CN.

TRAMITAÇÃO

29/12/2000 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: REVOGADA, À SSCLCN.

27/12/2000 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

27/12/2000 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: Convalidadas as emendas nºs. 001 a 009 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

22/12/2000 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 12

22/12/2000 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 1.965-21/2000, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 1965-

Data: 22/12/2000

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.